



**Você tem fome de  
quê? Uma reflexão  
sobre patrimônio,  
legitimidade  
e novas  
perspectivas  
analíticas**

**Luciana Christina Cruz  
Souza<sup>1</sup>**

**What are you hungry  
for? An essay about  
heritage, legitimacy  
and new analytical  
perspectives**

DOI: 10.12660/rm.v8n12.2017.65490

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/Mast) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: lucriscsouza@gmail.com

**Resumo:**

Partindo de uma provocação sobre o universo simbólico e a necessidade de considerá-lo como elemento primordial à vida humana, o presente artigo trata sobre o patrimônio e as escolhas, os juízos, que envolvem a seleção e a preservação de bens culturais. Recorre, portanto, à importância atribuída à figura do técnico-especialista no trato com o patrimônio, seja na esfera do Estado ou no museu, enquanto agente que parece reunir a capacidade/legitimidade de nomear e tratar o patrimônio. Partindo do pressuposto que há uma concentração de agentes provenientes de específicas disciplinas que se revelam responsáveis, ou se consideram exclusivamente aptos, à condução da seleção de bens culturais e das práticas de preservação desses bens, o artigo, em formato de ensaio de natureza teórica, reflete sobre as relações de colonialidade que parecem atravessar as dinâmicas do campo do patrimônio a partir da figura dos técnicos-especialistas.

**Palavras-chave:** Patrimônio, Preservação, Colonialidade.

**Abstract:**

Considering the symbolic universe as a primordial element of human life, this essay deals with the cultural heritage and the judgments involved on selection and preservation. The purpose of this article is to address the importance of the figure of the expert-technician agent and its dealing with public heritage assets, since such agent seems to have the capacity / legitimacy to look after said assets. Based on the assumption that there is a set of such agents coming from specific disciplines, their could direct the selection of assets of a determined nature to be treated as heritage as well as the preservation techniques to be applied in relation to them, the main objective of this article is to provide a reflection about the colonial background which seems to surpass the dynamics of the heritage field through the figure of the experts.

**Keywords:** Heritage, Preservation, Coloniality.

“Você tem fome de quê? Você tem sede de quê?”. O que você necessita para se constituir como indivíduo, como sujeito? O que te alimenta a alma e o corpo, o que lhe dá vida? O que você precisa para compreender a historicidade das suas experiências, as memórias que forjam sua história? Você precisa de quê? Você tem fome de quê?

Para além de uma pergunta que supostamente remete às necessidades fisiológicas do corpo humano, a questão se inspira na música “Comida” composta por Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromer que também se refere às demandas relacionadas ao exercício da individualidade e da sociabilidade, e evoca, entre outros elementos, a importância do campo simbólico na experiência social. A ideia de fome e sede, usadas como metáforas das carências da própria existência humana, sugerem a complexidade das relações sociais; precisamos, portanto, do alimento para a alma que dá sentido à vida: diversão e arte – assim diz a música. Nessa perspectiva, precisamos de muitos outros elementos que nos constituam enquanto sujeitos, que contribuam para a construção de pensamentos, ideias, conhecimentos, até mesmo para uma formação identitária, seja individual, seja coletiva.

No Brasil, alguns movimentos incorporaram a ideia da cultura enquanto alimento simbólico. Essas correntes de pensamento e ação forjaram ideias e expressões estéticas voltadas ao produto histórico do encontro de culturas, o qual seria responsável pela configuração de uma “brasilidade”. Nascia daí o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade no Movimento Modernista brasileiro, cujo tema da identidade nacional ou regional revelou-se implícito ou explícito em obras de renomados artistas modernistas brasileiros.

O Manifesto Antropófago, que resume as contradições brasileiras entre o moderno e o primitivo, a indústria e a natureza, a Europa e a América, foi publicado no primeiro número da Revista de Antropofagia, e ilustrado com um desenho de Tarsila do Amaral, onde se via uma figura nua de pés incrivelmente largos, alguns cactos e o Sol – idêntico motivo dessa pintura, intitulada Abapuru (que em tupi-guarani significa homem ‘aba’, que come ‘puru’), seria reproduzido no ano seguinte, no quadro Antropofagia. (CAPELATO, 2005, p. 263)

A antropofagia do modernismo brasileiro evidenciou que o discurso estético estava intrinsecamente relacionado às reflexões sobre o poder<sup>1</sup>, evocando as assimetrias proporcionadas pela modernidade e pela organização colonial do mundo, tema amplamente debatido posteriormente por autores provenientes do Sul global, como Anibal Quijano, Walter Mignolo, Edgardo Lander, entre outros.

E é se reportando a essa experiência de modernidade que importa pensar o patrimônio e seu papel na organização colonial do mundo. Para alguns pesquisadores, foi na

---

<sup>1</sup> A discussão sobre a formação de uma identidade nacional baseada no encontro colonial passa por grandes obras da história intelectual brasileira, tendo como referências nomes como Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936).

Europa, a partir da experiência da modernidade, que se iniciou um processo de concepção sobre o patrimônio cultural e sua preservação (MARTINS, 2014). Essa questão se articulou à necessidade crescente de se preservar as cidades e seus bens culturais que diziam respeito à memória social/coletiva (MARTINS, 2014). A literatura brasileira que trata do assunto identifica na Revolução Francesa a consolidação do termo “patrimônio”, associado às instituições de leis e penalidade com intento de proteção daquilo que simbolizaria o passado. No que diz respeito ao Brasil, a literatura conhecida comumente reconhece o embrião das políticas de preservação no Movimento Modernista das décadas de 1920 e 1930, tendo a construção de uma noção de patrimônio ligada à modernidade em termos globais e locais - no Brasil.

Se considerarmos a afirmação de Sandra Martins (2014), baseada em F. Hardman (1988), sobre a monumentalidade como expressão característica da modernidade no que diz respeito às representações de ideologias e culturas dominantes, é possível incorporar a reflexão sobre a colonialidade através das concepções sobre o que se preservar fazendo frente ao processo inexorável de desaparecimento dos bens culturais - a legitimidade do discurso da perda:

[...] a questão do por que preservar pode ser descrita em três motivações: primeiro, porque se identificam nos monumentos os valores morais que a sociedade, de então, estava perdendo; segundo, para se ter uma identidade nacional e construir seu próprio tempo com as soluções utilizadas no passado; terceiro para recuperar a humanidade do homem pela recuperação dos modos de fazer de antes (MARTINS, 2014, p. 13).

Importa destacar aqui a ideia de colonialidade trabalhada por movimentos teóricos latino-americanos que procuram compreender as formas de poder presentes nas nossas instituições e manifestações culturais. Partindo de conceitos como “colonialidade” e “sistema-mundo-colonial” constituídos, respectivamente, por Anibal Quijano e Walter Mignolo, formulou-se uma reflexão sobre a geopolítica do poder, a partir da qual se procurou compreender a formação de uma relação de superioridade dos conhecimentos da sociedade ocidental moderna (através da racionalidade científica) sobre os demais conhecimentos produzidos em outros territórios. Destaca-se, portanto, a importância e a atualidade de instituições, valores e dinâmicas da modernidade – numa ordem capitalista, legalista e burocrática -, produtos de um mundo moderno que ainda forja experiências sociais de colonialidade tendo como referência um padrão geopolítico de poder. Por essa perspectiva, considera-se que o patrimônio igualmente se refere a esses elementos através de uma espécie de colonialismo do saber (especializado) que passou a conduzir o campo do patrimônio e definir as práticas de preservação.

Sendo assim, importa refletir o papel dos bens culturais sobre a experiência social, e, por consequência, pensar as ações de manutenção desses bens, as intervenções diretas ou indiretas sobre eles, as quais são precedidas de processos de seleção/julgamento que são, sempre, conduzidos por códigos e valores partilhados socialmente, mas inseridos numa ordem geopolítica que influencia interpretações sobre o mundo.

A discussão parte da premissa que as ações de preservação, conservação e restauração são, essencialmente, ações políticas, recorrendo a Hannah Arendt (1979) e sua percepção sobre a cultura e a política enquanto elementos que se imbricam mutuamente, articulados pelos atos de julgamento e decisão, pela troca criteriosa de opiniões que incidem sobre a esfera da vida pública e sobre o mundo comum. Para tanto, a proposta de reflexão se coloca numa estrutura de ensaio, abordando a preservação como um conjunto macro de medidas sobre bens que passaram por processo de patrimonialização, e como tais foram selecionados a partir de critérios – e valores – compartilhados entre profissionais orientados por áreas específicas do saber.

Como escolher, portanto, o que merece ser patrimonializado e, conseqüentemente, preservado? Quem é capaz de definir o que merece ser legado às próximas gerações? Seria possível escolher, selecionar, um bem para sua preservação sem que o processo de institucionalização passe pelo crivo do agente “capaz”, o especialista? Esse processo institucional depende exclusivamente da existência da figura do especialista? O objetivo deste artigo não é responder a tais perguntas (por considerar que não há respostas definitivas, estanques, para elas), mas refletir sobre a importância de fazê-las, sobre a necessidade (ou a sede) de pensar em agentes e dinâmicas que definem e conduzem esses processos constituintes do campo museológico no Brasil. Trata-se de questões que refletem angústias geradas a partir de leituras, discussões e experiências profissionais; aflições do território do patrimônio que não almejam respostas, mas que procuram diálogo e inspiração em correntes da Filosofia, da Sociologia e da Antropologia, com o intuito de desenvolver uma reflexão acerca de alguns elementos que atravessam as ações de preservação.

Mas importa destacar que não há uma definição fechada para a ideia de “preservação”, circunscrita a estudos e autores específicos que possam ter traçado alguma conceituação genérica para uso geral (ou pretensamente universal). Mas é possível interpretá-la a partir de trabalhos acadêmicos e instrumentos políticos nacionais e internacionais, forjando interpretações possíveis e passíveis de operacionalização.

Partindo dessa perspectiva, as ações de preservação podem ser compreendidas como um conjunto macro de atividades que interferem indiretamente na manutenção dos bens, mas que conduzem as escolhas e decisões dos profissionais que atuam diretamente sobre o objeto – tais como restauradores e conservadores. Esse conjunto macro de atividades comportaria desde medidas legislativas, instrumentos políticos e ferramentas administrativas que não apenas procuram controlar o ambiente onde encontram-se os bens, mas também são capazes de orientar e conduzir as intervenções diretas neles executadas, tais como reformas, medidas de conservação e ações de restauração. São elementos e ferramentas negociadas e disputadas em arenas técnicas ou político-administrativas dentro do corpo do Estado ou em instâncias privadas, aonde critérios, valores e interesses individuais, coletivos ou corporativos conduzem ou definem o modo de interferir no bem patrimonializado (ou mesmo musealizado). Salvador Viñas (2005) propõe uma leitura da preservação enquanto conjunto de medidas que atuam sobre as condições ambientais dos bens, voltadas à garantia da permanência dos mesmos. Mas é possível tomar de acréscimo

às ideias do autor também a noção de “salvaguarda” trabalhada na Recomendação de Nairobi em 1976, que em muito se assemelha à perspectiva proposta pelo presente artigo, quando a mesma evoca as ações de planejamento físico-territorial, nacional, regional e local, das áreas urbanas, além das medidas jurídicas, técnicas, econômicas e sociais tomadas pelas autoridades nacionais, regionais, locais ou supranacionais de acordo com as especificidades de cada Estado e território.

Para além da definição do termo, pensar a preservação significa, a priori, refletir sobre a seleção de bens a serem preservadas, a seleção daquilo que se considera como patrimônio e sua conseqüente manutenção no tempo, sua conseqüente preservação. Quem, portanto, é capaz de definir o que merece ser legado às próximas gerações? Quem é capaz de selecionar, julgar, o que merece ser preservado? Para uma reflexão sobre a competência de julgar, julgamento esse capaz de ressignificar um bem e atribuir-lhe um estatuto diferenciado, é possível tomar as reflexões de Hannah Arendt (1979) quando a mesma, ao recorrer à filosofia política de Kant, desenvolve a ideia de que o juízo demanda a concordância de outrem, uma vez que sua validade advém de um acordo em potencial. Arendt fala sobre o campo da Política e a possibilidade do diálogo no plural, o diálogo com os outros – em oposição ao que chama de monológico –, num contexto em que a crítica às experiências autoritárias suscita debates acerca da consciência sobre a presença ou ausência de liberdade.

Ainda que a autora reconheça a existência de uma esfera individual de julgamento, que se articula às questões subjetivas, às idiosincrasias, e que definem modos únicos de ver as coisas e o mundo, para ela o juízo depende da consideração de outros num universo ainda que restrito, e por isso não funciona em estrito isolamento. Para Arendt (1979), portanto, o juízo restringe-se àqueles a quem a pessoa que julga se coloca para suas considerações.

Fazendo uso dessa perspectiva, portanto, podemos pensar na dimensão política dos acordos tácitos entre pares e da dinâmica de legitimidade que igualmente envolve a figura de técnicos, intelectuais, artistas, entre outros, no campo do patrimônio. Trata-se de agentes cujas práticas e discursos, ainda que comandados pela posição que ocupam no âmbito profissional, atuam no sentido de se reconhecerem e se fazerem reconhecidos entre seus pares – os agentes do campo<sup>2</sup> - e que igualmente possuem validade específica, limitada ao espaço da palavra e da ação que constituem o mundo público onde se articulam seus juízos (ARENDR, 1979).

Ideia que também pode ser operacionalizada pelo ponto de vista de Pierre Bourdieu (1982), quando o autor atribui à lógica de legitimação pelos pares uma espécie de movimento circular, voltado ao reconhecimento mútuo. Bourdieu fala a partir de um contexto em que o conhecimento e seu processo de produção estão no centro dos questionamentos acadêmicos. Nesse sentido, ele procura refletir o espaço das tomadas de

---

<sup>2</sup> Toma-se de empréstimo a noção de campo trabalhada por Pierre Bourdieu enquanto estrutura de princípios e hierarquias dentro de espaços sociais que trazem em seu bojo dinâmicas, relações, determinadas e determinantes (BOURDIEU, 1989).

posição científicas (epistemológicas) que comanda as práticas e a tomada de consciência desse espaço, defendendo uma ciência social autocrítica, ciente dos determinantes sociais que afetam os julgamentos, e, por essa razão, operam sobre a construção do objeto, sobre a produção acadêmica.

Recorrendo a essa reflexão sobre a escolha, o julgamento pelos pares e o juízo, é possível pensar, por exemplo, no trabalho do colecionador que se articula ao ofício do curador, do museólogo, do conservador, do restaurador, entre outros, cujas operações voltam-se à manutenção de esquemas compartilhados de ação, de expressão, de concepção, de imaginação e de percepção (BOURDIEU, 1982). Trata-se de profissionais cujas atividades respaldam-se umas às outras, num movimento de legitimação das posições ocupadas no sistema de produção e circulação de bens culturais. Pode-se aqui recorrer, ainda, a Krzysztof Pomian (1984) quando o autor reflete que a palavra, o julgamento, não tem por si só o poder de conferir convicção, mas precisa ser validada. Nesse sentido, os agentes validam, entre si, as decisões tomadas, voltando-se à garantia da legitimidade sobre as escolhas, as decisões tomadas neste campo.

Nesse sentido, a faculdade do juízo diz respeito à possibilidade do agente de atribuir um estatuto diferenciado a um determinado bem e, com isso, afetar as relações socioculturais que envolvem os bens definidos, portanto, como patrimônio. Pensemos em uma mostra de objetos tombados de uma coleção de arte ou de uma coleção histórica, por exemplo. Em ambos os casos, a operação comum de exibição das peças respeita regras e princípios museológicos e museográficos que ajudam na construção e validação da importância dos bens ali exibidos. Mas a própria seleção das peças a serem expostas, a priori, já se configura como julgamento numa perspectiva arendtiana do exercício político – e a configuração do acordo ou concordância – ou mesmo bourdieuana a respeito da validação do conhecimento científico pelos agentes do campo.

Por esse viés, é possível pensar que um curador, ao selecionar os bens os quais necessita para compor uma mostra, conta não apenas com a expertise de um conjunto de profissionais – tais como o museólogo, o conservador e o restaurador que por meio de laudos, seguros, facility report e relatórios de intervenção reafirmam a importância dos bens selecionados – para reafirmar a importância das peças por ele selecionadas, mas também para reconhecer seu poder de julgamento. Tal movimento confirma, por outro lado, a legitimidade das posições do museólogo, do conservador, do produtor, restaurador, etc., nessa cadeia de relações. O colecionador, por fim, se faz valer dessa mesma lógica para validar sua coleção e reafirmar a importância de seu julgamento sobre a coleção construída, fechando uma espécie de sistema circular de reconhecimento mútuo, de complementaridade e retroalimentação.

É válido pensar que a operação comum de exibição das peças cumpre regras e princípios museográficos que ajudam na construção e validação da importância dos bens ali exibidos. A legitimidade - socialmente compartilhada - da instituição museológica, por sua vez, reforça as leituras e interpretações do mundo através da familiarização com as

linguagens especializadas e as estratégias de mediação da experiência museológica. O trabalho museográfico, portanto, cativa a reflexão sobre as questões que lhe permeiam, como a ordenação do tempo, as representações do passado, presente e futuro e a geopolítica do saber e do poder, a partir dos indícios que se escolhe apresentar, expor ao público. Adentrando às dinâmicas comunicacionais entre agentes, as interfaces dos diferentes setores que atuam com/sobre o acervo, tais como o departamento de museologia, a curadoria e o educativo, cabe perguntar: é possível a instituição museológica transcender as relações de colonialidade? Quem, portanto, deve controlar a representação do significado dos outros (KERSTEN; BONIN, 2007)?

Incorporar essa provocação no campo da Museologia possibilita trazer a discussão para o âmbito das coleções, exposições, acervos e patrimônios. Os museus, enquanto agentes criadores de representações sobre o passado e o presente, influenciam leituras e interpretações sobre o mundo ao integrarem o sistema de produção e circulação de bens simbólicos (BOURDIEU, 1982); compõem uma geopolítica do poder, revelando-se ferramentas de reprodução ou resistência aos padrões do capitalismo global que reverberam nas instâncias materiais e subjetivas de comunidades.

Pensando na realidade da América Latina no que diz respeito a ressonância desse padrão capitalista ainda presente após a descolonização dos países americanos, Anibal Quijano opera, a partir do campo da Sociologia, com a ideia de colonialidade: as formas coloniais de dominação que permaneceram através das culturas coloniais, nas diferentes dimensões da existência social cotidiana. O conceito abarca, portanto, a existência de um padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Parece interessante colocar em pauta na Museologia uma perspectiva decolonial para lançar novos olhares para os problemas latino-americanos nas pesquisas que se referem ao campo do patrimônio, em especial aos museus e coleções.

Considerando que os museus, por sua autoridade/legitimidade de fala, se revelam uma grande potência de transformação das relações de colonialidade, é preciso reconhecer os desafios que a crítica museológica ao sistema – e autocrítica institucional – encontra no processo de constituição de possibilidades de existência à margem das estruturas que parecem ter como centro de referência ideias produzidas por um Norte global – em especial a Europa.

Nesse sentido, importa lembrar as relações que os agentes especialistas estabelecem com essas instâncias de legitimação, tais como os museus e as universidades, sem os quais, de acordo com Bourdieu (1982), não é possível compreender inteiramente o funcionamento do campo de produção e circulação de bens culturais. O julgamento dos agentes sobre os bens, portanto, reafirma um sistema de legitimação de valores e relações que constituem ou reforçam a importância de determinados bens e sua consequente patrimonialização.

Mas que bem é esse passível de ser patrimonializado? O que é patrimônio, então? Trabalhar as questões do patrimônio não é tarefa fácil: além da palavra “patrimônio” ter



assumido grande popularidade ao longo do tempo e expandido suas fronteiras conceituais, seu significado passou a transitar entre diferentes perspectivas disciplinares: a antropológica (enquanto categoria de pensamento), sociológica (constructo) ou filosófica (fenômeno) se destacam nos debates acadêmicos, na ânsia de se forjar uma espécie de “Teoria do Patrimônio”. Por esses caminhos, há os que defendem que o patrimônio encontra-se presente na vida social e mental de qualquer coletividade humana (GONÇALVES, 2003), há também quem o considera como parte constituinte de culturas locais (CHOAY, 2006) ou como elemento de uma história sócio-administrativa (POULOT, 2006). São tantos outros autores, leituras e interpretações do patrimônio quanto sua gama de conceitos construídos ao longo do tempo. Uma expansão extraordinária que por si só pode ser compreendida como um fenômeno contemporâneo. Uma expansão atravessada por interesses que conduzem e são conduzidos por modos de ser, fazer e ver o mundo: a palavra evoca as disputas disciplinares e institucionais, os discursos negociados ou suplantados que reivindicam o poder – ou até mesmo exclusividade – de definir e decidir sobre os bens culturais.

Nesse sentido, o patrimônio parece reacender a agenda da modernidade e suas instituições, normas e valores, sugerindo, ou mesmo afirmando, a importância de mecanismos voltados ao desenvolvimento científico e técnico e apoiados por sistemas educacionais de massa. E é nessa perspectiva que o presente trabalho parte da ideia de patrimônio enquanto constructo (PERALTA apud PRATS, 1997), compreendendo que a conversão de bens em patrimônio não é espontânea nem natural, não é um fenômeno cultural universal. O patrimônio constrói-se, ou, se se quiser, utilizando as palavras de Llorenç Prats, ‘activa-se’.

Tomando a perspectiva de Dominique Poulot (2006), por exemplo, entende-se que “[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (POULOT, 2006, p. 12), considerando os valores que lhe são atribuídos, no tempo e no espaço, pelos grupos designados ao seu trato. Aqui é possível pensar que o autor se refere a discursos e práticas – de conservação, restauração ou preservação – os quais, articulados, ajudaram e ainda ajudam a construir/reconstruir sentidos e apropriações para os bens. Sobre esse movimento, Poulot identifica esforços públicos e privados que se articulam a desafios ideológicos, econômicos e sociais pelo reconhecimento ou apropriação do que se procura entender como patrimônio. Segundo ele, são muitas as variantes que adjetivam a palavra e todas indicam um esforço analítico pela compreensão sobre os indivíduos e o mundo social que lhes cerca: “[...] fala-se de um patrimônio não só histórico, artístico ou arqueológico, mas ainda etnológico, biológico ou natural; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial. Às vezes, o ecletismo de tais considerações redundam em contradições ou leva à incoerência” (POULOT, 2006, p. 10).

A expansão de sentidos para o patrimônio observada ao longo do século XX, parece tentar abarcar quantos patrimônios existirem, incorrendo numa espécie de

“inflacionamento” preconizado por autores consagrados nos estudos sobre esse tema<sup>3</sup>. Esse complexo lexical, numa perspectiva histórica traçada por François Choay (2006; 2011) remete a expansão do termo a partir do desenvolvimento da noção de “monumento” para a noção de “monumento histórico” em contexto europeu que tiveram origem na Europa, mas em muito extravasaram esse território, seja através da conquista europeia de outros continentes, seja pela influência da filosofia iluminista sobre outras culturas.

Para Choay, a ideia de monumento histórico revela o modo como as sociedades ocidentais estabeleceram sua relação com a temporalidade, utilizando de si mesmas como critério de alteridade (CHOAY, 2006, p. 205). E nesse sentido, expandiram para outros territórios a sua própria noção e operacionalização do patrimônio. Trata-se da universalização dos valores e referências ocidentais nas práticas patrimoniais que, segundo a autora, consolidou-se pela Assembleia Geral da Unesco em 1972, quando ficou definido que o critério para a patrimonialização mundial dos bens seria o “valor excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência. [...] estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamentos e valores quanto a este tema” (CHOAY, 2006, p. 208). Observa-se a construção de uma espécie de identidade genérica – a chamada “Humanidade” que nomeia, portanto, o “Patrimônio da Humanidade” – cujos fundamentos são identificáveis por critérios especializados, todos calcados nos fundamentos das ciências herdadas das Luzes: “inscreve-se no grande projeto filosófico e político do Iluminismo: vontade dominante de ‘democratizar’ o saber, de torná-lo acessível a todos [...]” (CHOAY, 2006, p. 89). Sendo assim, a Unesco dá o tom sobre a universalidade do patrimônio, reafirmando, mais uma vez, o discurso europeu da competência: “[...] uma diligência particular, própria da cultura europeia, é elevada a universal cultural” (CHOAY 2011, p. 44). Nesse sentido, importa pensar que a constituição da ideia de patrimônio, ou de monumento histórico, associada às práticas de conservação e restauração na Europa, esteve articulada ao pensamento científico e assumiu uma perspectiva “universal”, tornando-se a régua que ditaria as ações de preservação ao redor do mundo.

Na construção do discurso competente, os critérios e os valores são europeus, o que nos indica geograficamente os sujeitos que conduzem as discussões sobre o assunto. Ao analisar os primeiros grandes encontros supranacionais que trataram o tema da patrimonialização, Françoise Choay (2011) destaca que nas Conferências de Atenas em 1931 e na de Veneza, em 1964, os países signatários eram na maior parte europeus, exceto pelo encontro de Veneza que contou com a participação de Peru e México. Tais arenas que forjaram esses respectivos documentos, segundo a autora, foram marcadas pela massiva presença de arqueólogos, historiadores da arte, arquitetos, etc., constituindo a tradição da presença/discurso de especialistas na elaboração dos documentos supranacionais. Nesse sentido, importa destacar que trata-se de eventos-arenas que formalizaram Cartas seladas pelo discurso técnico, discurso esse que desde então trata como universal os critérios, modelos e categorias definidos pelos europeus para o campo do patrimônio. Uma espécie de colonialismo técnico que passou a conduzir o campo do patrimônio e a definir as práticas de

---

<sup>3</sup> Como exemplo interessa destacar José Reginaldo Gonçalves (2007) que discute os limites e os riscos dessa expansão semântica.

preservação.

Essa tradição erudita, geograficamente localizada no Norte global, especialmente no continente europeu, aparentemente acabou por confundir o patrimônio com a patrimonialização, já que esta última compreende o processo de institucionalização das relações simbólicas a partir de critérios traçados pela figura do “especialista”. Daí é possível entender a formação de nichos de mercado, e de discursos, voltados à qualificação do patrimônio, o que inclui a atuação de instituições de pesquisa, universidades e agências estatais a partir de um conjunto de agentes que se entendem “capazes” de falar sobre o patrimônio e que por vezes reivindicam, para si, a exclusividade do discurso. Se pensarmos, por exemplo, nas atividades de arqueólogos e restauradores que fazem uso de laboratórios institucionais e seus equipamentos especializados, visualizamos um quadro em que as análises instrumentais demandam não apenas o conhecimento específico da tecnologia operada e sua calibração, mas uma específica articulação entre as perguntas traçadas pelo analista e o equipamento utilizado<sup>4</sup>. Ou seja, a figura do especialista reforça a exclusividade da ação sobre o bem e da sua leitura, da sua interpretação/valoração. No âmbito da restauração, autores como Cesari Brandi (2000) e Chris Caple (2003) acabam por reforçar a importância da atuação do profissional-especializado e o caráter científico do campo, contribuindo para uma lógica hierárquica de relações e princípios.

Dominique Poulot (2006) também articula a expansão da noção de patrimônio à figura do especialista e à criação de um mercado que legitima a existência e a atuação deste profissional:

Ao exigir uma redefinição científica e, ao mesmo tempo, um novo estatuto para os objetos visados, cada reivindicação de um novo registro no patrimônio suscita também mercados especializados – o da restauração e o do tratamento. A ideia de um reservatório de empregos e de habilidades amplamente disponíveis em torno da temática do patrimônio, e, se for o caso, exportáveis na área de influência de cada nação, esteve assim particularmente presente na Europa nos últimos anos (POULOT, 2006, p.32-33).

Poulot procura diferenciar “patrimônio” de “patrimonialidade”, compreendendo o primeiro enquanto algo sensível e íntimo, relacionado às consciências individuais e coletivas, e o segundo como processo de institucionalização, ou modalidade de apropriação (POULOT, 2006, p.32). O autor traça uma análise da dinâmica contemporânea europeia segundo a qual o patrimônio e a patrimonialidade parecem se confundir sob os auspícios (ou chancela?) de áreas de conhecimento tradicionalmente “responsáveis” pelo tema – tais como a História, a

---

<sup>4</sup> No campo profissional, a confiabilidade dos laboratórios depende das metodologias que se utiliza e dos resultados que produz. Daí a importância atribuída à relação entre o analista e o equipamento que ele opera, uma vez que os resultados são produto das leituras estabelecidas dessa relação: tratam-se de respostas oferecidas pelo maquinário que precisam ser interpretadas à luz da linguagem técnica. As informações obtidas dessa análise contribuem para o conhecimento do objeto analisado, agregando dados quantitativos e qualitativos que servem como referência para as intervenções a serem realizadas nos bens.

Sociologia, a Arqueologia, a Museologia, as Artes Plásticas, entre outros – tornando ambos (o patrimônio e a patrimonialização) construções intelectuais que servem-se dos “saberes eruditos, especializados, suscetíveis de legitimar tal intervenção, tal restauração, tal inventário, ou de combatê-los – capazes também de acompanhar uma mobilização cívica ou ideológica” (POULOT, 2006, p.24).

O que se percebe é um quadro de predominância intelectual de determinados códigos, tendo uma concentração de agentes provenientes de específicas áreas que se revelam responsáveis, ou aptos, à condução de políticas patrimoniais (FONSECA, 2009). Ainda que a esfera do patrimônio trabalhe atualmente a partir de deliberações tomadas em instâncias democráticas seguindo orientações de conferências e convenções supranacionais<sup>5</sup>, tais espaços operam sob referências compartilhadas pelo poder público e respaldadas pelas disciplinas (ou campos) tradicionalmente dedicados ao tema.

Incorporando esse discurso no âmbito do patrimônio, cabe citar Mário Chagas (2005) quando o autor afirma a existência de uma relação intrínseca entre patrimônio e poder a partir da relação de propriedade material, espiritual, econômica ou simbólica e a sua vinculação à ideia de preservação (CHAGAS, 2005). Esta, segundo ele, se revela como uma prática social utilizada na construção de narrativas universais mascaradas por discursos pretensamente positivos, científicos e objetivos.

A noção moderna de patrimônio e suas diferentes qualificações, assim como a moderna noção de museu (casa de memória e poder) e suas diferentes tipologias, não têm mais de duzentos e cinquenta anos. Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno das suas universalidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (CHAGAS, 2005, p.209)

Essa gênese iluminista para o trato do patrimônio é igualmente apontada por Cristina Bruno (2009) ao destacar que os parâmetros do campo de ação museológica e do sistema teórico da Museologia revelam-se como produto de esforços despendidos ao longo dos séculos no que diz respeito à identificação de coleções, organização de acervos, tratamento curatorial e registros do patrimônio intangível. Para ela, os museus seriam, portanto, o resultado do Humanismo do renascimento, do Iluminismo do século XVIII e da Democracia do sec. XIX (BRUNO, 2009).

Nesse sentido, pensar o patrimônio na realidade brasileira e sua tradição teórica/prática implica em refletir sobre a complexidade da formação cultural brasileira e os modelos de Democracia, Estado, Educação, Ciência que se constituíram a partir dela. Sobre

---

<sup>5</sup> Tratam-se das Cartas Patrimoniais, das Convenções, Declarações e Recomendações seladas por organismos internacionais ou por associações de profissionais, as quais orientam a criação de órgãos, instituições e conselhos voltados à descentralização das deliberações nas instâncias municipais, estaduais e federais.

esse quadro nacional, Richard Morse (1988)<sup>6</sup> lança mão de uma suposição sobre a existência de uma matriz moral, intelectual e espiritual a partir da qual foram construídos modelos conceituais do que viria a se denominar “civilização ocidental”. Na tentativa de pensar uma estrutura de racionalidade que sustentasse esferas de opinião e ação – e aqui o autor reconhece a absorção de elementos da Ciência e Tecnologia desenvolvida por povos árabes, judeus, africanos, chineses e mongóis – Morse utiliza a metáfora do espelho como elemento refratário de um projeto amplamente estendido a outros continentes, produzindo uma hegemonia de paradigmas científicos<sup>7</sup>.

Ainda que a crítica<sup>8</sup> aos aparatos gestados por essa racionalidade ocidental, pelo projeto civilizatório sustente o fracasso desse projeto em lidar com os problemas sociais e ambientais – crítica que abarca, portanto, as Ciências Humanas e suas instituições – de fato não há como negar o imenso trabalho executado pelas instituições de ensino e por equipamentos culturais, tais como universidades e museus, por exemplo, os quais se constituíram a partir dessa racionalidade ocidental. O referido trabalho destas instituições e equipamentos tem se focado, muitas vezes, em repensar/aprimorar estruturas políticas herdadas e até mesmo desconstruí-las, forjando novas e outras ferramentas e sistemas capazes de democratizar a circulação de informações, pessoas e mercadorias, garantir direitos individuais e coletivos, constituindo projetos e modelos de consulta e deliberação popular junto ao Estado. E essa realidade atravessa, portanto, o terreno do patrimônio, o âmbito da preservação, contemplando as ações que intervêm direta ou indiretamente sobre os bens culturais.

Mas importa considerar que as escolhas e decisões sobre a preservação são atravessadas não apenas por racionalidades técnico-científicas, mas também por valores religiosos, por posicionamentos político-partidários, por papéis e conceitos de gênero, entre outros. Nesse sentido, a efetiva decisão sobre a preservação de determinados bens em detrimento de outros envolve, também, sujeitos que projetam interesses e demandas – de cunho privado e até mesmo subjetivo – que nem sempre passam pelo crivo do especialista. Ou seja, outras questões podem conduzir a decisão de agentes sobre a preservação, por exemplo, de uma determinada celebração ou um templo em detrimento de outras manifestações e lugares relacionados a diferentes matrizes de pensamento – o que acontece com frequência em relação às disputas pela patrimonialização de igrejas e festividades cristãs em oposição às festas de reinado, aos costumes afro-brasileiros, aos terreiros de umbanda e candomblé, etc.

---

<sup>6</sup> Richard Morse se constitui como um famoso brasilianista cuja trajetória no campo da Sociologia marcou diferentes pesquisas desenvolvidas por intelectuais brasileiros.

<sup>7</sup> Para o autor, a racionalidade ocidental seria o resultado conjuntural de causas econômicas, políticas, científicas, teológicas e filosóficas (MORSE, 1988: p.131).

<sup>8</sup> Tal crítica revela-se presente no famoso debate travado entre Richard Morse e Simon Schwartzman através da Revista Novos Estudos no ano de 1989, decorrente da publicação da obra “O espelho do próspero” de Richard Morse (1988). A partir deste trabalho, o autor defendia uma produção “genuinamente brasileira” que fugisse aos parâmetros do “projeto iluminista ocidental”. Daí estabeleceu-se um amplo e famoso debate entre o autor e Simon Schwartzman, intitulados “O Espelho de Morse”, “A Miopia de Schwartzman” e o “O Gato de Cortazar”, a partir dos quais Schwartzman assumiu a defesa da produção científica brasileira.

Sendo assim, os julgamentos feitos por agentes considerados competentes para dizer e atuar sobre a esfera do patrimônio não concluem a disputa de sentidos sobre os bens: em diferentes instâncias, outros agentes, outros sujeitos, podem desviar seus papéis, deslocar sentidos em suas práticas rotineiras e administrativas, construindo novos lugares enunciativos sobre o patrimônio – desde que dotados de poder para tal dentro do campo. E por isso importa pensar a dimensão política das questões do patrimônio, considerando que, apesar do leque diversificado de agentes que atuam e decidem sobre essas questões, ainda há uma predominância intelectual de determinados códigos que fazem valer uma cadeia de legitimidade ou fazem valer uma dinâmica de acordo/concordância, de reconhecimento compartilhado e retroalimentado cuja função parece ser a de garantir a manutenção de um sistema de produção e circulação de bens, ideias e serviços.

E é falando a partir de um campo científico e para aqueles que compreendem sua linguagem e seus referenciais, concorrendo pelo monopólio da competência, que este artigo questiona seu próprio poder de interrogar, fazer questões, a respeito do patrimônio e sua preservação. Ou seja, assume o fato de que a racionalidade científica que critica é paradoxalmente construída epistemicamente. Entende-se que a prática acadêmica rompe com o que se considera “senso comum”, mas ainda assim é preciso compreendê-la como herança moderna que garante a manutenção de estruturas, normas e valores oriundos de um projeto civilizatório ocidental. Há inclusive que se considerar que a própria imagem do mundo moderno é, per se, uma construção forjada sob esses mesmos códigos e paradigmas<sup>9</sup>.

Sendo assim, ao falar a partir de um campo científico, este ensaio assume legitimidade pelo/através do triunfo do que seria, portanto, essa racionalidade científica ocidental materializada nas estruturas disciplinares acadêmicas. Recorre-se aqui a Pierre Bourdieu (1982), para tratar o trabalho do acadêmico, tal qual o do escritor e do erudito, como produção que não serve apenas ao público, mas ao conjunto de pares que são também concorrentes, numa busca constante por legitimação cultural dentro do campo. Considera-se, daí, que a gênese social de um campo pressupõe a crença que o sustenta, o jogo de linguagens que nele se joga, as coisas materiais em jogo que nele se geram: “[...] o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronunciam, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15) mas da concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima.

E nessa lógica o presente artigo forja sua própria autocrítica: ora, como ignorar o lugar de fala deste autor que lhes dirige a palavra e suas passagens institucionais/acadêmicas que atribuem legitimidade às proposições? Como não notar que os referenciais teóricos predominantes não pertencem ao país de origem deste autor? Voltamos, portanto, as ideias de Hannah Arendt (1979) quando a autora nos atenta para a capacidade de julgar enquanto uma faculdade política, a partir da qual se espera a concordância de outros que operam sob o mesmo domínio. Daí cultura e política imbricam-se, porque “não é o conhecimento ou a

---

<sup>9</sup> Ideia trabalhada por filósofos que compõe a vertente do Construtivismo Social.

verdade que estão em jogo, mas sim o julgamento e a decisão, a judiciosa troca de opiniões sobre a esfera da vida pública e do mundo comum e a decisão quanto ao modo de ação a adotar nele” (ARENDR, 1979, p.277).

E é a reflexão sobre o jogo político, o jogo da preservação, que evoca a necessidade de uma política de patrimônio, ou melhor, uma nova política de patrimônio: uma ação crítica sobre teorias e práticas, sobre instituições e modelos herdados de um projeto iluminista, que exercem influência direta na atuação de profissionais de museus e institutos de preservação nos mais variados continentes. Se percebe, portanto, a urgência de teorias do patrimônio que possam repensar as dinâmicas do campo, os princípios e suas hierarquias que orientam ações de conservação e restauração; teorias que dêem conta das singularidades territoriais em suas múltiplas linguagens, que dialoguem com grupos comumente marginalizados no debate, que acolham outros códigos e valores, rompendo com a excludente tradição acadêmica e o monopólio do “especialista” no trato com o patrimônio. Precisamos compreender experiências e memórias a partir de outras perspectivas, desconstruindo o tradicional fluxo de forças. E você, tem fome de quê?

**Artigo recebido em 16 dez. 2016**

**Artigo aprovado para publicação em 22 mar. 2017**

## **Referências**

ARENDR, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o Giro Decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: \_\_\_\_\_. *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 79-181.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDI, Cesare. *Teoria de la restauración*. Madri: Alianza, 2000.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 9, n. 9, junho 2009. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/291>> Acesso em: 08 nov. 2016

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô Gondar; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim Capelato. Modernismo Latino-Americano e Construção de Identidades através da pintura. *Revista de História* 153, n. 2, 2005, 251-282.

CAPLE, Chris. *Conservation Skills*. Judgement, method and decision making. London: Routledge, 2003.

CHOAY, François. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2006.

CHOAY, François. As questões do Patrimônio – Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70 *Arte & Comunicação*, 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Orgs). *Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Florianópolis: Nova Letra/ABA, 2007.

\_\_\_\_\_. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj: Unirio, 2003. p. 21-29.

HARDMAN, F. *O Trem Fantasma - A modernidade na Selva*. São Paulo: Editora Cia. das Letras, 1988.

MARTINS, Sandra. A Experiência da Modernidade e o Patrimônio Cultural. *REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, ano 1, vol. 1, 2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Cartas Patrimoniais*. Recomendação de Nairobi de 1976. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Caderno de Documentos, n3, Brasília: Ministério da cultura, 1995.

MORSE, Richard M. *O Espelho do Prospero: Cultura e Ideias na América Latina*. São Paulo: Schwarcz, 1988.

\_\_\_\_\_. A Miopia de Schwartzman. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 24, julho de 1989, pp. 166-178.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 83-96, Oct. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)



71832003000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2015.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Vol. I. Memória-História. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

PRATS, Llorenç. *Antropologia e Patrimônio*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-119

SCHEINER, Tereza Cristina M.. *Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro*. 2004. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil.

SCHWARTZMAN, Simon. O Espelho de Morse. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 22, outubro de 1988, pp. 185-192.

\_\_\_\_\_. O Gato de Cortazar. *Novos Estudos*, CEBRAP, nº 25, outubro de 1989, pp. 191-203.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. *Proteção ao patrimônio cultural brasileiro: análise da articulação entre tombamento e registro*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro.

VIÑAS, Samuel M. *Contemporary Theory of Conservation*. Oxford: Elsevier Ltd. ed. 2005.